



MPF Procuradoria
da República em
Santa Catarina
Ministério Público Federal

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CRIÇIÚMA

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA

1) Ortografia oficial. 2) Pontuação. 3) Acentuação gráfica. 4) Sintaxe da oração e do período. 5) Concordância verbal e nominal. 6) Regência verbal e nominal. 7) Emprego do sinal indicativo de crase. 8) Colocação pronominal. 9) Reforma ortográfica.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1) Administração pública: princípios gerais e pessoas jurídicas que a realizam.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Estrutura da Constituição Federal. Natureza das normas constitucionais. Expansividade e conteúdo da Constituição de 5/10/1998. 2) Preâmbulo e princípios fundamentais. Natureza jurídica e filosófica. 3) Constituição: conceito, objeto e classificações. Direitos humanos e direitos fundamentais: aspectos históricos, características e classificações. 4) Igualdade perante a lei. Princípio da legalidade: sentidos amplo e restrito. Controle judicial. Direito adquirido. Ato jurídico perfeito e coisa julgada. 5) Aplicabilidade das normas constitucionais. Interpretação das normas constitucionais. 6) Do controle de constitucionalidade: sistema brasileiro. 6) Ações constitucionais. 7) Princípios fundamentais. 8) Dos direitos e garantias fundamentais. 9) Dos deveres individuais e coletivos. 10) Administração pública. Princípios. Remuneração dos serviços públicos. Isonomia dos vencimentos. Responsabilidades das pessoas jurídicas de direito público e privado. Vedação da vinculação ou equiparação de vencimentos. Acumulação proibida e as exceções. 11) Servidores públicos civis. Regime jurídico. Investidura. Estabilidade e efetividade. Disponibilidade remunerada. Aposentadoria e seus proventos. Revisão dos proventos da inatividade. Servidor público e mandado eletivo. Reintegração do servidor. 12) Dos partidos políticos. 13) Da organização do Estado. 14) Bens da União. 15) Competências legislativa e administrativa dos entes federados. 16) Da organização dos poderes. 17) Da Justiça Federal. 18) Do Ministério Público Federal (Lei Complementar 75/93). Fins. Princípios institucionais. Ingresso na carreira. Ministério Público da União e sua composição. Procurador-Geral da República. Lei Complementar no 75, de 20 de maio de 1993. Garantias e vedações. Funções institucionais do Ministério Público. Ministério Público dos Estados, Distrito Federal e Territórios. 19) Da ordem social. 20) Do meio ambiente.

DIREITO PENAL

1) Aplicação da lei penal. 2) Teoria do crime. 3) Concurso de pessoas. 4) Teoria da pena. 5) Extinção da punibilidade. 6) Crimes contra a pessoa. 7) Crimes contra a liberdade individual. 8) Crimes contra o patrimônio. 9) Crimes contra a fé pública. 10) Crimes contra a administração pública. 11) Noções dos crimes contra o meio ambiente. 12) Noções dos crimes contra a ordem tributária e econômica e contra as relações de consumo. 13) Noções dos crimes ligados ao tráfico ilícito e ao uso indevido de substâncias entorpecentes.



DIREITO PROCESSUAL PENAL

1) Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 2) Sujeitos da relação processual. 3) Inquérito policial. 4) Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais. 5) Ação penal pública: Titularidade, condições de procedibilidade. 6) Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição. 7) Ação penal privada: Titularidade. Queixa. 8) Renúncia. Perdão. Perempção. Extinção da punibilidade. 9) Ação civil. 10) Competência: critérios de determinação e modificação. 11) Incompetência. Efeitos. 12) Das questões e processos incidentes. 13) Da prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, ônus, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação. Provas em espécie. 14) O Ministério Público no Direito Processual Penal. 15) Do juiz, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça. 16) Da prisão e da liberdade provisória. 17) Das citações e intimações. 18) Forma, lugar e tempo dos atos processuais. 19) Dos atos processuais. Atos do Ministério Público, dos juízes, do acusado, dos auxiliares da Justiça e de terceiros. 20) Dos prazos: características, princípios e contagem. 21) Da sentença. Conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação. 22) Sentença absolutória: providências e efeitos. 23) Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos; efeitos civis da sentença penal. 24) Da coisa julgada penal. 25) Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. 26) Procedimento comum. 27) Procedimento dos Juizados Especiais Criminais. 28) Procedimento do Júri. 29) Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 30) Do processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular. 31) Do processo e do julgamento dos crimes de tráfico e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica. 32) Procedimentos especiais. 33) Das nulidades. 34) Dos recursos: princípios básicos e modalidades e princípio da fungibilidade. Recursos em espécie. Procedimento recursal. 35) Da revisão criminal. 36) Das exceções. 37) Do *habeas corpus*. Mandado de segurança em matéria penal. 38) Da execução das penas em espécie. Dos incidentes da execução penal. 39) Suspensão condicional do processo. 40) Interceptação telefônica. Sigilos no processo penal. 41) Proteção à testemunha. 42) Controle externo da atividade policial pelo Ministério Público. Aspectos processuais penais das seguintes leis: Lei 5.250/1967, Lei 9.455/1997, Lei 9.503/1997, Lei 9.605/1998, Lei 9.613/1998 e 10.446/2002.

DIREITO CIVIL

1) Noções de direito civil. Direito Objetivo e Direito Subjetivo. Divisão do direito em público e privado. Lei de introdução ao Código Civil. Elaboração e vigência da lei. Eficácia da lei. Interpretação e Integração. 2) Pessoa física: início e fim. Personalidade. Capacidade. Domicílio. Pessoa Jurídica: início e fim. Capacidade e Representação. Responsabilidade. Domicílio. 3) Bens. 4) Fatos e Atos jurídicos. Negócio jurídico. Validade e eficácia. Teoria das nulidades. Vícios. Atos ilícitos e responsabilidade. 5) Noções gerais de obrigações. Conceito. Elementos constitutivos e fontes das obrigações. Modalidades. Extinção. Mora.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1) Norma processual. 2) Jurisdição e ação. 3) Processo e procedimento. Pressupostos processuais. Relação jurídica processual. 4) Juiz. Advogado. Ministério Público. 5) Partes e procuradores. Capacidade processual. Substituição das partes e dos procuradores. Litisconsórcio e assistência. Intervenção de terceiros. 6) Competência: classificação e efeitos da incompetência. 7) Atos processuais: forma, tempo e lugar; prazo. 8) Comunicação processual: citação; intimação; cartas. 9) Condições da ação. 10) Formação do processo. Extinção do processo com e sem julgamento do mérito. 11) Processo de conhecimento.



MPF Procuradoria
do República em
Santa Catarina
Ministério Público Federal

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CRIÇÚMA

DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS E SUA TUTELA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

1) Índios. Ocupação tradicional. Procedimento para reconhecimento e demarcação de terras indígenas. Conflito entre interesses indígenas e outros bens jurídicos; 2) Configuração constitucional e infraconstitucional da proteção à família, a criança, ao adolescente e ao idoso; 3) Contratos no Código de Defesa do Consumidor. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. 4) Direitos das pessoas portadoras de deficiência. Adequação das edificações. Igualdade de tratamento. 5) Direitos dos idosos. 6) Princípios fundamentais do Direito Ambiental. 7) Normas constitucionais relativas à proteção ambiental. Competência dos entes políticos em matéria ambiental. 8) Bens ambientais. 9) Sistema Nacional do Meio Ambiente. 10) Licenciamento ambiental. Estudo de Impacto Ambiental. 11) Recursos hídricos. 12) Poluição. 12) Exploração de minérios. 13) Áreas de preservação permanente. Unidades de conservação. 14) Proteção da zona costeira. 15) Patrimônio Histórico e Cultural. 16) Políticas públicas e implementação dos direitos metaindividuais. 17) Ação Civil Pública – defesa de interesses difusos e coletivos em juízo. Conceito e objeto (tutela principal e cautelar). Legitimação ativa e passiva. Interesse de agir. Litisconsórcio e Assistência. Atuação do Ministério Público. Competência. Transação. Sentença. Multa diária e liminar. Recursos. Coisa Julgada. Execução e fundo para reconstituição dos bens lesados. 18) Inquérito civil público: natureza, objeto, instauração e conclusão. Ajustamento de conduta. 19) Lei n.º 9.605/1998 (Artigos 29 a 56).